

Senhor Licitante,

Visando a comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo ao Departamento de Licitações e Contratos, pelo e-mail: [decol@extrema.mg.gov.br](mailto:decol@extrema.mg.gov.br). A não remessa do recibo exime a Prefeitura do Município de Extrema/MG da responsabilidade da comunicação por meio de e-mail de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Extrema, 30 de outubro de 2023.

CARLOS ALEXANDRE MORBIDELLI  
Divisão de Licitações

RECIBO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 137/2023

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de peças e acessórios genuínos e originais, conforme especificação do fabricante, para veículos leves, ônibus e caminhões da frota municipal.

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Fax: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Pessoa para contato: \_\_\_\_\_

Recebemos cópia do instrumento convocatório acima identificado pelo site [www.extrema.mg.gov.br](http://www.extrema.mg.gov.br), nesta data.

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_



## EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 344/2023  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/2023  
DATA: 16/11/2023  
HORÁRIO: 14h00min (horário local)

### SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Pregão Presencial de Registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de peças e acessórios genuínos e originais, conforme especificação do fabricante, para veículos leves, ônibus e caminhões da frota municipal.

#### 1. PREÂMBULO:

A Prefeitura Municipal de Extrema, através do Pregoeiro Oficial designado pelo Decreto de nº 3.087 de janeiro de 2017, **Sr. Carlos Alexandre Morbidelli**, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local abaixo indicado, ou no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, na hipótese de não haver expediente nessa data, momento em que será dada abertura dos trabalhos com obediência a Lei Nº. 10.520 de 17 de Julho de 2002, subsidiariamente à Lei Nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000 que regulamenta o Decreto e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME e EPP, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**.

DATA: 16/11/2023

HORÁRIO: 14h00min (horário local)

LOCAL DO PREGÃO: SALA JAGUARI do Setor de Compras e Licitações - Sala Comercial no EDIFÍCIO SERRA AZUL localizada à Rua Ari Pedroso de Alvarenga nº 90 no bairro da Ponte Nova, no Município de Extrema - MG - CEP: 37.640-000.

1.1 A entrega da proposta leva a licitante a aceitar e acatar as normas contidas no presente edital.

1.2 A presente licitação para efeitos de julgamento será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM-PREGAO.

#### 2. OBJETO DA LICITAÇÃO:

2.1 - A presente licitação tem por objeto Registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de peças e acessórios genuínos e originais, conforme especificação do fabricante, para veículos leves, ônibus e caminhões da frota municipal, desde que de acordo com as especificações constantes neste edital e em seu Anexo IA.

a) As peças adquiridas serão para a reposição de peças nos veículos da frota municipal.

b) Serão aceitas as peças de reposição **ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA E OU GENUÍNAS**



conforme as seguintes definições:

- **Genuínas**

São peças de reposição que seguem as mesmas especificações e características técnicas exigidas para a peça utilizada na linha de montagem do veículo. Elas são apresentadas nas redes de concessionárias autorizadas.

- **Originais**

São aquelas que se apresentam como substitutas das peças genuínas. Embora caracterizadas pela sua adequação ou intercambialidade, podem ou não apresentar as mesmas especificações técnicas ou a mesma qualidade da peça genuína. Por exemplo, podem ser diferentes em relação ao material usado, à resistência proporcionada, à durabilidade, entre outros fatores.

Essas peças são direcionadas ao mercado alternativo, e geralmente são fornecidas sem a logomarca da montadora.

- **Genéricas**

Também conhecidas como peças alternativas ou paralelas, são feitas por empresas que desenvolvem os equipamentos para produzi-las. Muitas vezes, na fabricação, a empresa coloca um adesivo na peça, como se fosse um selo, além de embalá-la e vendê-la para o setor de autopeças.

c) Com a aquisição de peças **ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA E OU GENUÍNAS**, conforme a sua definição serão aceitas peças de boas qualidades e procedência, sem que o município pague um valor maior.

d) **Não serão aceitas as peças tidas como genéricas.**

**2.2. – A presente licitação para a contratação de empresa para fornecimento de peças ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA E OU GENUÍNAS de diversas marcas terá como critério de julgamento das propostas o MAIOR DESCONTO PERCENTUAL (%) sobre a tabela das montadoras.**

Devido o município possuir uma frota grande e com veículos das mais diferenciadas marcas, é impossível listar as peças que necessitarão ser adquiridas para atender a toda a demanda, caso o município optasse por listar todas as peças de um veículo o tempo e o custo da licitação seriam



inviáveis, além do risco de não licitar alguma peça necessária e o veículo necessitasse ficar parado sem prestar os serviços públicos, prejudicando a população.

O Município de Extrema possui uma ampla extensão territorial, contando com diversos bairros rurais, a frota municipal é utilizada principalmente no transporte de alunos, pacientes e na manutenção de estradas rurais, caso haja a paralisação de algum veículo, os transtornos e prejuízos podem causar até mesmo violação aos direitos fundamentais como saúde, educação e até mesmo a vida.

Para evitar esses riscos de desabastecimento das peças necessárias para a manutenção dos veículos a solução encontrada pela Administração é realizar a licitação com o maior desconto percentual sobre as tabelas oficiais das montadoras, com isso é possível ter todas as peças dos mais variados veículos listadas e devidamente licitadas, onde será aplicado um desconto sobre o preço oficial, garantindo assim o cumprimento dos princípios licitatórios.

2.3 – O Município não se obriga a adquirir os itens relacionados dos licitantes vencedores, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou de mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, §4º da Lei 8.666/93.

### 3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO:

3.1 – Poderão participar deste Pregão as pessoas interessadas que atenderem todas as exigências deste Edital e de seus anexos e que tenham ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

3.2 - Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

3.2.1 - Em processo de recuperação judicial ou cuja falência tenha sido declarada, que se encontrem sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;

3.2.2 - Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.2.3 - Empresas suspensas do Cadastro Central de Fornecedores do Estado, da União e do Município;

3.2.4 - Estrangeiras que não funcionem no País.

3.2.5 - Estiverem localizadas/sediadas a mais de 150 km de distância do Município de Extrema – MG.

3.2.5.1 - Justificativa da limitação geográfica: O Município de Extrema vem sofrendo com empresas sediadas longe do Município que vencem a licitação, porém não cumpre o contrato, atrasando as entregas e em alguns casos não efetuando as mesmas. Mesmo impedindo a empresa de licitar, eles utilizam de manobras sórdidas, abrindo outras empresas e novamente vencendo a licitação sem cumprir o determinado.

O Município de Extrema possui uma grande extensão territorial, sendo boa parte de suas estradas rurais, onde a Frota Municipal é utilizada para a manutenção de estradas, transporte de alunos e de pacientes carentes dentro do Município, e principalmente para outras cidades em busca de tratamentos especializados, situações as quais não podemos deixar os veículos parados por falta de peças, comprometendo o bem-estar público.

Poderão participar do Procedimento Licitatório as empresas sediadas até 150 km (cento e cinquenta quilômetros) percorridos por veículos, do almoxarifado da frota de veículos situado na Rua Pau Brasil, 245, Vila Rica, Extrema-MG, em razão de que diante das avarias dos veículos na maioria das vezes é



impossível aguardar o prazo de entrega das peças, sob pena de comprometimento na prestação de serviços do setor de saúde, tais veículos como ambulâncias exigem reparos imediatos, outros veículos que fazem transporte de pacientes para outros estados também exigem reparos imediatos, tendo em vista que as consultas são marcadas anteriormente.

Assim para que seja possível ao Município atender tais situações de emergência e urgência, sem que o custo seja muito alto aos cofres públicos, é que dispomos a limitação de 150km, percorridos por veículos, para a sede das empresas contratadas.

Tal exigência referente à localização se faz necessária tendo em vista a obtenção da proposta mais vantajosa para esta prefeitura, pois, se a distância entre a sede da Prefeitura e Contratada for maior que a determinada, a vantagem do "menor preço" ficará prejudicada em razão do aumento do custo com o deslocamento da frota em determinadas urgências e emergências de retiradas das peças diretamente na empresa contratada para que não fiquem prejudicados os serviços públicos. Acrescente-se a isso a infinidade de tipos e modelos de peças automotivas, que constantemente, são enviadas incorretamente pelas empresas contratadas, levando assim a um dispêndio ainda maior de tempo na manutenção dos veículos que são de extrema necessidade aos serviços públicos.

Assim, a limitação geográfica de 150 (cento e cinquenta) km tem o potencial de melhorar a gestão sobre as manutenções da frota de veículos oficiais da Prefeitura, reduzindo as despesas com tal ação, efetivando o controle de todas as etapas do processo de manutenção dos veículos e, ainda como fundamento primordial, não deixar de prestar os serviços públicos.

Ademais, a delimitação geográfica de 150 km não compromete o princípio da competitividade tendo em vista que abrange diversos municípios e consequentemente uma gama variada de potenciais licitantes.

3.3 Somente poderão participar deste Pregão Presencial, as pessoas jurídicas desde que estas estejam regularmente constituídas, que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital de Licitação e seus anexos.

3.4 Serão admitidas a participar desta licitação empresas nacionais com ramo de atividade compatível com o objeto do presente Edital.

3.5 As empresas interessadas poderão cotar todos ou quaisquer itens.

3.6 Sob pena de desclassificação, os interessados em participar do presente Pregão deverão trazer a documentação original ou fotocópias das mesmas autenticadas por cartório.

3.7 Só serão aceitas cópias legíveis.

3.8 Não serão aceitos documentos com rasuras, especialmente nas datas.

3.9 O Pregoeiro reserva-se no direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

3.10 Os documentos em cópias simples poderão ser autenticados pelo Pregoeiro ou membros da equipe de apoio, desde que acompanhados dos originais.

3.11 É vedada a participação de pessoa jurídica em regime de concordata ou que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração direta ou indireta ou ainda, que esteja com o direito de participar de licitação suspenso, pessoas jurídicas que inadimpliram contratos ou ordens de fornecimento firmadas junto a esta Prefeitura Municipal.

3.12 A participação na licitação implica na integral e incondicional aceitação de todas as cláusulas e condições do presente Edital, de seus anexos e das normas que o integram, bem como no enquadramento destes condicionamentos do objetivo social.

3.13 A validade para os documentos apresentados será aquela constante em cada documento ou aquelas estabelecidas em lei.





3.14 A simples apresentação da proposta comercial corresponde à indicação, por parte da licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo, assim, o Pregoeiro e sua equipe do disposto no artigo 97 da Lei n. 8.666/93.

3.15 Fica a licitante obrigada a informar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, se este ocorrer após a abertura do certame.

3.16 A entrega da proposta comercial implica nos seguintes compromissos por parte do licitante: 3.16.1 Estar ciente das condições da licitação;

3.16.2 Assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

3.16.3 Fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pelo Pregoeiro;

3.16.4 Manter, durante toda a execução do eventual contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas bem como todas as condições para habilitação exigidas na licitação.

#### **4. PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

4.1 Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar n. 123, de 14/12/2006, alterada pela lei complementar nº 147/2014, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.1.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

4.1.2 Eventual interposição de recurso contra a decisão que declara o vencedor do certame não suspenderá o prazo supracitado.

4.2 A não-regularização da documentação no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n. 8.666/93, sendo convocado na ordem de classificação o segundo colocado, para contratação, ou revogar a licitação caso não haja classificados subsequentes.

4.3 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

4.4 Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

4.4.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

4.4.2 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 8.1 e 8.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

4.4.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no subitem 4.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.4.4 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

4.5 A microempresa ou empresa de pequeno porte que usufruir dos benefícios de que trata a Lei Complementar n. 123/2006, alterada pela lei complementar nº 147/2014, deverá apresentar, na



forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, a declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º do art. 3º do dispositivo supracitado.

4.6 A microempresa ou empresa de pequeno porte quando da participação do procedimento licitatório deverá comprovar tal situação, mediante declaração na qual declara que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte (ANEXO VII) bem como de outros documentos correlatos e aptos a tal análise. **Esta declaração deverá ser apresentada na fase de credenciamento.**

## 5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1 Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 03 dias antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. Sendo que as petições deverão ser protocolizadas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Setor de Licitações desta Prefeitura.

5.2 Se a impugnação ao edital for reconhecida e julgadas procedentes serão corrigidos os vícios e, caso a formulação da proposta seja afetada, nova data será designada para a realização do certame;

5.3 A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei n. 10.520/02 e legislação vigente.

5.4 Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 02 (dois) a 03 (três) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da Lei 8666/93.

5.5 Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, conforme aduz o artigo 14º do decreto municipal de nº 26/2009.

5.6 A petição será dirigida à autoridade subscritora do edital, que decidirá no prazo de 1(um) dia útil.

### 5.1.1. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

5.1.1.1 O proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro pessoalmente ou por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, conforme Anexo III, ou instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida que venha a responder por sua representada, devendo, ainda, apresentar cópia do Contrato Social ou Estatuto da empresa que está representando e identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

5.1.1.2 Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, e identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

5.1.1.3 As empresas para usufruir dos benefícios de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, deverão apresentar junto ao credenciamento, **DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP (modelo Anexo VII)**, acompanhada da Certidão Simplificada de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, esta com validade de até 90 (noventa) dias.



5.1.1.4 A falta da documentação comprobatória da qualificação da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou sua imperfeição, não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.

5.1.1.5 Desenvolvido o CREDENCIAMENTO das proponentes que comparecerem, o PREGOEIRO declarará encerrada esta fase/etapa.

5.1.1.6 Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação.

5.1.1.7 Os documentos necessários para o credenciamento deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio, ou cópia autenticada/certificada digitalmente.

5.1.1.8 Obs: Nos termos do art. 109 da Lei 8.666/93 a autenticação por parte de servidor do município será feita somente mediante apresentação do documento original, não serão autenticados documentos a partir de cópias autenticadas. A autenticação poderá ser feita durante a sessão de licitação.

## **6 – DO RECEBIMENTO E DAS ABERTURA DAS PROPOSTAS.**

6.1 A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo a proposta de preços e os documentos que a instruírem, será pública, dirigida pelo Pregoeiro e realizada de acordo a Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, e o Decreto Municipal nº 3.087 de 04 de janeiro de 2017, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, em conformidade com este edital e seus anexos, no local e horário já determinado.

6.2 No local e hora marcados, antes do início da sessão, os interessados deverão comprovar, por meio de instrumento próprio poderes para formulação de ofertas e lances verbais.

6.3 Após o horário marcado para início dos trabalhos, e depois de sido feito o cadastramento dos licitantes interessados em participar do processo, será declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, e não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

6.4 A proposta e a documentação de habilitação deverão ser apresentadas, em 02 (dois) envelopes, colados, de forma a não permitir sua violação, constando na parte frontal as seguintes indicações:

**À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA/MG.**

Avenida: Delegado Waldemar Gomes Pinto nº 1.624, Bairro Ponte Nova, Extrema/MG.

Processo de Licitação nº 344/2023

Pregão Presencial nº 137/2023

DATA: 16/11/2023

HORÁRIO: 14h00min (horário local)

Envelope 001 - Proposta

Licitante: Razão Social: .....

CNPJ: ..... Inscr. Est. : .....





Endereço: .....

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA/MG.

Avenida: Delegado Waldemar Gomes Pinto nº 1.624, Bairro Ponte Nova, Extrema/MG.

Processo de Licitação nº 344/2023

Pregão Presencial nº 137/2023

DATA: 16/11/2023

HORÁRIO: 14h00min (horário local)

Envelope 002 - Documentação

Licitante: Razão Social: .....

CNPJ: ..... Inscr. Est. : .....

Endereço: .....

6.5 Serão abertos os envelopes contendo as propostas de preços, sendo feita a sua conferência e posterior rubrica.

6.6 Após a abertura das propostas de preço será aberto o envelope contendo a documentação do licitante vencedor na fase anterior procedendo-se a análise da documentação relativa à habilitação do mesmo e, caso esta seja desabilitada chamar-se-á o licitante subsequente, respeitando-se a ordem de classificação.

## **7. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

7.1 Deverão ser elaboradas propostas contendo os seguintes dados:

7.1.1 - APRESENTAÇÃO INTERNA: Em papel timbrado da pessoa jurídica contendo razão social completa, datilografada ou por impressão em sistema eletrônico de processamento de dados, datada, assinada e identificada (nome e cargo), no término da mesma, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em 01 (uma) via.

7.1.2 - VALIDADE DA PROPOSTA: deverá ter validade de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da sua abertura.

7.1.3 - VALOR: Uma única cotação, contendo o percentual de descontos por item.

7.1.4 - ESPECIFICAÇÃO: Na proposta deverá ser mencionada a especificação completa dos produtos.

7.1.5 - PRAZO DE ENTREGA: O prazo para entrega das peças será de 08 (oito) horas, contados do recebimento pelo fornecedor do Aviso de Fornecimento enviado por e-mail nos casos de peças para veículos que estejam quebrados ou peças essenciais para o funcionamento do veículo e o prazo de 05 (cinco) dias contados do recebimento pelo fornecedor do Aviso de Fornecimento enviado por e-mail para os casos em que os veículos não estejam quebrados, peças para ficar em estoque no almoxarifado para uso posterior do setor de frotas e as peças não sejam essências para o uso dos veículos.

7.2 Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, transporte e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

7.3 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.



7.4 A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7.5 - Da elaboração da Proposta Digitável:

7.5.1 - A proposta de preços deverá ser elaborada através do executável E&L proposta disponibilizado no site da empresa pelo link <<http://ibtechti.com.br/index.php/downloads/>>sendo que as instruções para baixar o programa estão disponíveis em arquivo junto ao edital.

7.5.2 - Para darmos maior celeridade ao processo licitatório é desejável que os participantes interessados tragam as suas propostas no pen drive, ou dvd/cd considerando os itens do Anexo IA - Termo de Referência deste Edital.

7.5.3 - Após o recebimento do arquivo de proposta PCA (ZIPADO), a empresa solicitante deverá extrair o arquivo na área de trabalho, procurar o software/programa EL proposta - el.proposta.auto\_exec, abrir o software/programa executável, clicar em abrir arquivo, procurar o arquivo extraído na área de trabalho, abrir no executável para disponibilização dos itens e informar o valor e a marca a ser ofertada para cada item.

7.5.4 - O arquivo de propostas preenchido deverá ser entregue no dia da licitação fora ou dentro do envelope de proposta, pelo representante legal devidamente identificado no pen drive ou dvd/cd, com o nome da empresa participante.

7.5.5 - Não poderá renomear o nome do arquivo disponibilizado para a empresa.

7.5.6 - Imprimir a proposta digital, carimbar o CNPJ da empresa, colocar o valor global por extenso seguindo o modelo fornecido no anexo II - modelo de proposta ou se preferir digitar em proposta de papel timbrado da empresa.

## 8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o autor da proposta de maior desconto e aqueles que tenham apresentado propostas em descontos inferiores em até 10% (dez por cento), relativamente, à proposta de maior desconto, por item. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste inciso, serão classificados os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), quaisquer que sejam os percentuais oferecidos.

8.2 Aos proponentes classificados conforme subitem 8.1, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de descontos distintos crescentes.

8.3 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes neste Edital.

8.4 Após este ato será encerrada a etapa competitiva e ordenados as ofertas exclusivamente pelo critério de **maior percentual de desconto sobre a tabela oficial da montadora, por item.**

8.5 O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentados pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito.



8.6 Sendo aceitável a oferta será verificada o atendimento das condições habilitatórias pelo licitante que a tiver formulado.

8.7 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital e seus anexos, pelo Pregoeiro.

8.8 Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o equipamento definido no objeto deste Edital e seus anexos.

8.9 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio, sendo-lhes facultado este direito.

8.10 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

## 9. DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO

### 9.1. DOCUMENTAÇÕES QUANTO À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual com atividades afins ao objeto de licitação;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com atividades afins ao objeto de licitação;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício, com atividades afins ao objeto de licitação.

### 9.2. DOCUMENTAÇÕES QUANTO À HABILITAÇÃO FISCAL:

- a) Prova de inscrição no CNPJ;
- b) Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Municipal;
- c) Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Estadual;
- d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- e) Certidão Negativa de Débito relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- g) Para comprovação da regularidade fiscal, no caso de microempresa e empresas de pequeno porte, será levado em consideração o que determina o **art. 43, § 1º e § 2º da Lei 123/2006** (Estatuto nacional da micro e da empresa de pequeno porte), qual seja:



**Art. 43.** *As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.*

**§ 1º** *Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.*

**§ 2º** *A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.*

### 9.3. DOCUMENTAÇÕES QUANTO À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata espedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- b) Capital Social mínimo de 5% (cinco por cento) do valor estimado, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta.

### 9.4 DOCUMENTAÇÕES QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

A documentação relativa à Qualificação Técnica consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

- a) Comprovação, mediante apresentação de atestado de capacitação fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de produtos semelhantes ou afins (vedada exigência de quantidades mínimas ou prazos máximos), podendo observar o modelo no ANEXO V.
- b) Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil, podendo observar o modelo no ANEXO VI.
- c) **Declaração expressa de que a empresa se compromete a entregar os orçamentos prévios no prazo do edital e para os itens que não forem fornecidos tabela da montadora a licitante vencedora se compromete anexar orçamento de uma concessionária da marca para comprovação dos preços apresentados.**



- d) Atestado de Visita constando que o licitante visitou e tem pleno conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação e que se sujeita a todas as condições estabelecidas.
- e) O Atestado de Visita será fornecido pela Gerência de Frotas da Prefeitura Municipal de Extrema. As visitas deverão ser agendadas na Gerência de Frotas pelo telefone (35) 3435-6208 e realizada no dia e horário agendado pela Gerência de Frotas, pelo responsável legal mediante apresentação de documento comprobatório de vínculo com a empresa licitante.

## 9.5 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA HABILITAÇÃO

- a) Os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados com vigência plena na data fixada para sua apresentação;
- b) Os documentos exigidos neste edital poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou pelo Pregoeiro ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 32, caput, c/c art. 38, inciso IV, ambos da Lei nº 8.666/1993, com exceção dos extraídos pela internet, com vigência plena na data fixada para sua apresentação;
- c) Obs: Nos termos do art. 109 da Lei 8.666/93 a autenticação por parte de servidor do município será feita somente mediante apresentação do documento original, não serão autenticados documentos a partir de cópias autenticadas. A autenticação poderá ser feita durante a sessão de licitação;
- d) Os documentos mencionados neste Título não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo;
- e) A apresentação dos documentos em desacordo com o previsto neste Título ou a sua ausência, acarretará a sua inabilitação.

## 10. DOS RECURSOS

- 10.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar às contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;
- 10.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.
- 10.3. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.4. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação e homologação do objeto da licitação ao licitante vencedor.
- 10.5. Na ocorrência de manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá ser



assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

## 11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. A Adjudicação do objeto ao licitante vencedor, feita pelo pregoeiro, ficará sujeita a homologação do Prefeito Municipal de Extrema.

## 12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O Município convocará o licitante vencedor para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

12.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**.

12.3. Se o licitante vencedor se recusar a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada à regra seguinte: quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei 8.666/93, 10.520/02 e demais disposições vigentes.

12.4. No caso de descumprimento (não assinatura), o Município se reserva no direito de convocar outro licitante observado a ordem de classificação, para assinar a ata, sendo este o novo detentor.

12.5. Na ata de Registro de Preço constarão todas as obrigações, direitos e deveres estabelecidos neste edital.

12.6. A minuta da ata de Registro de Preços, a ser assinada pelo licitante vencedor, é parte integrante deste edital.

12.7. É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do registro de preços, exceto nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93.

## 13. DO EMPENHO

13.1. O contrato, no caso do presente PREGÃO, poderá, a critério deste Município, ser substituído pela Nota de Empenho ou outros documentos equivalentes na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

13.2. Como condição para liquidação da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

## 14. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

14.1 Os documentos extraídos da internet não necessitam de autenticação, no entanto terão sua autenticidade conferida no endereço constante no corpo do documento.

14.2 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado.

14.3 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços serem fornecidos à esta Prefeitura sem ônus adicional.



14.4 PRAZO DE ENTREGA: O prazo para entrega das peças será de 08 (oito) horas, contados do recebimento pelo fornecedor do Aviso de Fornecimento enviado por e-mail nos casos de peças para veículos que estejam quebrados ou peças essenciais para o funcionamento do veículo e o prazo de 05 (cinco) dias contados do recebimento pelo fornecedor do Aviso de Fornecimento enviado por e-mail para os casos em que os veículos não estejam quebrados, peças para ficar em estoque no almoxarifado para uso posterior do setor de frotas e as peças não sejam essências para o uso dos veículos.

14.5. Para cada item do objeto da licitação, o licitante proponente poderá apresentar uma única proposta.

14.6 A proposta depois de entregue é irretratável e irrenunciável.

14.7 Após a assinatura da Ata de Registro de Preços o licitante vencedor contratado deverá entregar os produtos relacionados no anexo IA no prazo estipulado pela secretaria a partir da emissão da autorização de fornecimento.

14.8 Sob pena de inabilitação, todos os documentos a que se referem ao item 09 deste Edital, deverão estar em nome/razão social da licitante, o número do CNPJ/MF e o endereço respectivo, observado que:

I) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

II) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

III) se a licitante for a matriz e o fornecimento for realizado pela filial, os documentos exigidos neste Edital deverão ser apresentados tanto em relação à matriz quanto à filial.

14.9 A licitante poderá apresentar os comprovantes de regularidade junto à Seguridade Social - CND/INSS e junto ao FGTS centralizados junto à matriz desde que junte comprovante da centralização do recolhimento das contribuições, e apresente certidão em que conste o CNPJ da entidade centralizadora.

## 15. DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1 O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e/ou aquisição de bens, para contratações futuras da Administração Pública;

15.2 A Ata de Registro de Preços (ARP) é um documento vinculativo, obrigacional, com as condições de compromisso para a futura contratação, inclusive com preços, especificações técnicas, fornecedores e órgãos participantes, conforme as disposições contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas aduzidas;

15.3 Órgão Gerenciador é todo órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente certame licitatório, bem como, pelo gerenciamento da futura Ata de Registro de Preços;

15.4 Órgão Participante é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa do procedimento licitatório para Registro de Preços, bem como integrante da futura Ata de Registro de Preços;

15.5 O Órgão Gerenciador do presente SRP será a Prefeitura Municipal de Extrema – Município de Extrema/MG, através da Seção de Licitações e Contratos;

15.6 O presente Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura da respectiva ARP;

15.7 A existência de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de procedimento específico para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições;

15.8 Este Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizado por qualquer órgão da Administração Pública Municipal, independentemente da condição de órgão participante do presente certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, até o limite de 100% (cem por cento) do quantitativo inicialmente previsto, desde que devidamente comprovada a vantagem e o cumprimento das exigências da legislação vigente;

15.9 A contratação junto ao fornecedor registrado, após informação emitida pela Seção de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Extrema - MG. será formalizada, por intermédio de instrumento contratual, ou outro similar;

15.10. O fornecedor do bem ou prestador do serviço terá seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

V - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Parágrafo único. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

15.11. O fornecedor do bem ou prestador do serviço poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

**15.12. Fica estabelecido o prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data de adjudicação da licitação, para que o adjudicatário apresente as Tabelas de Preços Oficiais das montadoras e instale os Catálogos (em CD) de peças oficiais, genuínas, vigentes. As montadoras que não disponibilizarem tabelas, a contratada deverá apresentar declaração da mesma, dizendo que não disponibiliza para terceiros, porém, fornece cotação com preços atualizados com referência na tabela oficial das peças genuínas e originais.**

## **16. DA SANÇÃO ADMINISTRATIVA**

16.1 O atraso injustificado na entrega dos materiais/serviços sujeitará a licitante, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

16.2 Ocorrendo à inexecução total ou parcial na prestação dos serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Extrema, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

16.3 As penalidades previstas acima podem ser aplicadas a critério da Administração Pública Municipal isolada ou cumulativamente conforme artigo 87 § 2 da lei 8.666/93.

16.4 A infringência de tais penalidades encontram-se inserido no mérito administrativo, o qual pode aplicar-se conforme a gravidade/proporcionalidade das infrações realizadas pela contratada, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa inerente ao processo administrativo.

## **17. DA SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO, CONTROLE DE QUALIDADE E RECUSA DO(S) PRODUTO(S):**

17.1 Os produtos constantes do anexo IA, objeto do presente edital estarão sujeitos a amplo controle de qualidade, realizado quando do seu recebimento a critério deste Município ou por terceiros através de delegação.

17.2 O Município de Extrema reserva-se o direito de recusar, no todo ou em parte, qualquer compra constante do anexo IA, rejeitado pelo controle de qualidade, obrigando-se a empresa vencedora a promover sua substituição.

17.3 Quando do recebimento dos produtos fica desde já designado um fiscal do contrato ou da ata de registro de preço para aferir o controle de qualidade mencionado no item 17.1

17.4 – A empresa vencedora se obriga quando da participação do processo licitatório a entregar em estrita conformidade com o anexo I deste edital, ficando sujeita a irrestrita fiscalização desta entidade política, antes, durante e após a sua realização.

## **18. PAGAMENTO**

18.1 O pagamento será efetuado em até 20 dias úteis após a emissão da nota fiscal condicionado à entrega dos produtos em questão.

## **19. LIBERAÇÃO DO PAGAMENTO**

19.1 Será realizado mediante aceite da Secretaria Gestora.

## **20. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

20.1 A dotação será definida de acordo com as compras a serem efetuadas para cada centro de custo, visto tratar-se de Registro de Preços.

20.2 Nenhum contrato será celebrado sem a efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dele decorrentes no exercício financeiro em curso.

## **21. DESCLASSIFICAÇÃO:**

Será desclassificada do processo licitatório a proposta que:

- 21.1 - Não contiver informações que permitam a perfeita identificação e qualificação do objeto cotado.
- 21.2 - Contiver emenda, rasura, ou entrelinha, de forma a não permitir a sua compreensão.
- 21.3 - Apresentar divergência entre a proposta e o anexo I.
- 21.4 - Apresentar o prazo de validade da proposta superior ao estabelecido no edital.
- 21.5 - Não apresentar qualquer das declarações e/ou documentos comprobatórios exigidos.

## **22. DISPOSIÇÕES GERAIS:**





22.1 O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta do licitante vencedor farão parte integrante da Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

22.2 É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

22.3 Fica assegurado ao Município de Extrema o direito de no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, mediante fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

22.4 Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, conforme dispõe a legislação vigente.

22.5 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.6 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

22.7 O proponente que vier a ser contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

22.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos excluir-se-á dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Extrema.

22.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importa no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública do Pregão Presencial.

22.10 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

22.11 – Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado, que posteriormente será submetido à homologação pelo Prefeito Municipal, autoridade máxima do Município;

22.12 – No caso de interposição de recurso(s), depois de proferida a decisão quanto ao mesmo, o Prefeito Municipal adjudicará o objeto licitado;

22.13 – Decairá do direito de impugnar os termos deste edital o interessado que o tendo aceitado sem objeção, venha, após julgamento desfavorável, apresentar falhas ou irregularidades que o viciem;

22.14 – A participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das respectivas exigências e condições, bem como na obrigatoriedade de assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

22.15 – Não serão considerados motivos para desclassificação, simples omissões ou erros materiais na proposta ou da documentação, desde que sejam irrelevantes e não prejudiquem o processamento da licitação e o entendimento da proposta, e que não firam os direitos dos demais licitantes;

22.16 A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

22.17 Os casos omissos nessa licitação serão resolvidos pelo pregoeiro, que se baseará nas disposições constantes na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, e o Decreto Municipal nº 3.087 de 04 de janeiro de 2017, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislações subsequentes pertinente à matéria.



22.18 Caso algum órgão expedidor de documento exigido nesta licitação se encontre em greve, se a licitante não possuir documento com prazo de validade vigente, deverá apresentar o documento vencido, juntamente com a comprovação de que o órgão expedidor se encontra em greve através de: cópia de matéria e/ou reportagem em jornais ou revistas e/ou declaração do próprio órgão expedidor, apresentando o documento vencido 72 (setenta e duas) horas após o término da greve.

22.19 A licitante poderá obter informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento desta licitação, junto a Comissão Permanente de Licitação e Julgamento, de segunda a sexta-feira, horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, na Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, nº 1.624, Bairro Ponte Nova, com o Pregoeiro /Comissão Permanente de Licitação, ou através do telefone (035) 3435-4504, e ainda no e-mail [decol@extrema.mg.gov.br](mailto:decol@extrema.mg.gov.br).

22.20 Recaindo a data de abertura da sessão de classificação e julgamento em feriados ou finais de semana será a sessão adiada para o próximo dia útil subsequente.

22.21 É de diligência obrigatória por parte do CONTRATANTE e do CONTRATADO fixar cada qual fiscal de contrato de forma a acompanhar a regularidade na entrega/execução do objeto licitatório, conforme atribuições constantes na lei 8.666/93.

22.22 São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo deste Edital, os anexos abaixo, cujo teor vincula totalmente os licitantes:

Anexo I: Termo de Referência;

Anexo IA: Termo de Referência com o percentual estimado;

Anexo II: Proposta de preço;

Anexo III: Modelo de credenciamento;

Anexo IV: Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo V: Modelo de Atestado de Capacitação;

Anexo VI: Modelo Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil;

Anexo VII: Modelo Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;

Anexo VIII: Modelo Declaração de Idoneidade;

Anexo IX: Modelo de Atestado de Visita Técnica;

Anexo X: Declaração de Cumprimento de Requisitos Legais;

Anexo XI: Modelo de Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação;

Extrema - MG., 30 de outubro de 2023.

---

Carlos Alexandre Morbidelli  
Pregoeiro



## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**SECRETARIAS:** SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO e SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.

**LOCAL:** 59 º BATALHÃO POLÍCIA MILITAR - PONTE NOVA, 8ª DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL, CONSERVADOR DAS ÁGUAS, CORPO DE BOMBEIROS, DIVISÃO DE LIMPEZA PÚBLICA, GERÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES, GERÊNCIA DE FAZENDA E GEO INFORMAÇÃO, GERÊNCIA DE FROTAS, GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL, POLÍCIA FLORESTAL, PRESIDIO, SECRETARIA MUNIC. DE DESENV. ECONÔMICO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, JUVENTUDE E LAZER, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO e SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.

### **1 - OBJETO:**

1.1 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS GENUINOS E ORIGINAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO FABRICANTE, PARA MOTOCICLETAS, VEÍCULOS LEVES, ÔNIBUS E CAMINHÕES DA FROTA MUNICIPAL.

1.2 - Natureza do objeto: **Bem de consumo.**

### **2 - QUANTITATIVO E DESCRITIVO COMPLETO:**

Conforme ANEXO IA.

### **3 - ENQUADRAMENTO:**

3.1 - Os itens se enquadram como material de consumo.

### **4 - PRAZO DA CONTRATAÇÃO:**



Pelo prazo de **12 (doze)** meses.

## **5 - POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO:**

Sim.

## **6 - DO REAJUSTE:**

A prefeitura de Extrema poderá conceder reajuste de valor com base nas tabelas de INPC e IPCA ou com devida comprovação na alteração de valores.

## **7 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:**

Conforme apontado no Estudo Técnico Preliminar (ETP) a contratação de empresa para fornecimento de peças e acessórios genuínos e originais, conforme especificação do fabricante, para motocicletas, veículos leves, ônibus e caminhões da Frota Municipal é viável, pois precisamos manter os veículos em plenas condições de uso para atender a necessidade dos munícipes.

A aquisição de peças e acessórios se faz necessário para atender a demanda da Frota Municipal, na substituição de peças que forem danificadas das motocicletas, veículos leves, ônibus e caminhões para sua devida manutenção.

Devido o município possuir uma frota grande e com veículos das mais diferenciadas marcas, é impossível listar as peças que necessitarão ser adquirida para atender a toda a demanda, caso o município optasse por listar todas as peças de um veículo o tempo e o custo da licitação seria inviável, além do risco de não licitar alguma peça necessária e o veículo ficar parado sem prestar os serviços públicos, prejudicando a população.

O Município de Extrema possui uma ampla extensão territorial, contando com diversos bairros rurais, a frota municipal é utilizada principalmente no transporte de alunos, pacientes e na manutenção de estradas rurais, caso haja a paralisação de algum veículo, os transtornos e prejuízos podem causar até mesmo violação aos direitos fundamentais como saúde, educação e até mesmo a vida.

Para evitar os riscos de desabastecimento das peças necessárias para a manutenção dos veículos a solução encontrada pela Administração é realizar a licitação com o maior desconto percentual sobre as tabelas oficiais das montadoras, com isso é possível ter todas as peças dos mais variados veículos listados e devidamente licitadas, onde será aplicado um desconto sobre o preço oficial, garantindo



assim o cumprimento dos princípios licitatórios.

## **8 - DESCRIÇÃO DETALHADA DA SOLUÇÃO:**

8.1 - Considerando que temos uma grande variação de modelos e marcas que compõe a nossa frota, e já utilizar a licitação por maior desconto em tabela para aquisição de peças e esta estar atendendo a nossa demanda, optamos por continuar a utilizar a mesma.

8.2 - Deverá ser feita uma visita técnica a Gerência de Frotas pelos interessados a participar do pregão, para conhecimento das instalações e da frota, esclarecimentos sobre o processo de compra e qualidade de peças, prazos a serem cumpridos e demais esclarecimentos, onde será emitido o atestado de visita técnica que deverá fazer parte da documentação apresentada no dia do pregão. A visita deverá ser agendada pelo telefone (35) 3435-6208 e ser feita no dia e horário agendado pela Gerência de Frotas.

A empresa participante do pregão deverá ter no mínimo **5% de capital social considerando o valor total estimado do processo.**

8.3 - A contratação será anual, podendo ser prorrogada no caso de haver saldo no contrato.

***8.4 - Realizar a contratação via sistema de registro de preços utilizando a modalidade de Pregão Presencial maior lance ou oferta percentual.***

***8.5 - Para a determinação de preços de referência, buscamos preços de mercado, de forma a alcançar preços mais próximos da realidade.***

***8.6 - O sistema de registro de preços permite que a administração adquira os itens a medida que for sendo necessária e respeitando os limites orçamentários.***

8.7 - As peças deverão ser genuínas ou originais, de acordo com o solicitado no pedido e conforme licitação, não sendo permitida a entrega de peças paralelas ou remanufaturadas.

A contratada deverá apresentar a tabela oficial de preços das peças vigente de cada fabricante, ou, DECLARAÇÃO do mesmo, dizendo que não disponibiliza para terceiros, porém, fornece cotação com preços atualizados com referência na tabela oficial das peças genuínas e originais.

Todas as peças e acessórios a serem fornecidos pela CONTRATADA e destinados aos veículos da CONTRATANTE devem ser obrigatoriamente novas, sendo **"PECAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS"**,



entendendo-se por ORIGINAL as adquiridas em distribuidores compatíveis, e GENUÍNAS as peças fornecidas às montadoras e utilizadas na linha de montagem dos veículos.

## **9 - FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

9.1 - Será escolhida a proposta com maior desconto sobre a tabela do fabricante.

9.2 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma presencial, com adoção do critério de julgamento pelo maior desconto percentual.

9.3 - A opção pela modalidade de pregão presencial é a possibilidade de se imprimir maior celeridade a contratação de bens, sem prejuízo à competitividade. O pregão presencial permite inibir a apresentação de propostas insustentáveis que atrasariam os procedimentos da modalidade eletrônica e aumentariam seus custos.

Há ainda diversas vantagens da forma presencial do pregão sobre a eletrônica, dentre as quais: a possibilidade de esclarecimentos imediatos durante o pregão presencial e facilidade na negociação de preços, verificação das condições de habilitação e execução da proposta.

Logo a opção pela modalidade presencial do pregão não produz alteração no resultado final do certame, pelo contrário, permite maior redução de preços em vista da interação do pregoeiro com os licitantes.

## **10 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

10.1 - Obrigações da Contratada:

10.2 - Proceder ao fornecimento do produto, dentro das condições, prazos e preços ajustados na proposta;

10.3 - Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo setor de compras, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

10.4 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Extrema/MG.;





10.5 - Arcar com todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Extrema/MG.;

10.6 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo da entrega dos materiais/ equipamentos ou execução dos serviços;

10.7 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Extrema sobre os produtos ofertados; ou serviços executados.

10.8 - Manter, durante toda execução do presente contrato, todas as condições de habilitação exigidas no processo licitatório;

10.9 - Atender a todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação, necessários à execução do contrato, inclusive os encargos de natureza trabalhista, previdenciário, fiscal, de acidentes de trabalho e outros semelhantes, relativos à execução do objeto do contrato;

10.10 - Operar como uma organização completa, independente e sem vínculos como **contratante**, fornecendo produtos e serviços de comprovada qualidade, sem ônus adicionais para o **contratante**;

10.11 - Não subempreitar o contrato a terceiros, sem prévia comunicação e/ou autorização do **município**;

10.11 - Encaminhar o orçamento solicitado no prazo máximo de 24 horas a partir do envio do pedido por e-mail;

10.12 - Realizar as entregas na Gerência de Frotas, situada a Rua Pau Brasil, nº 245, Vila Rica, Extrema - MG, CEP 37640-000 no prazo máximo de 8 horas após envio da Autorização de Fornecimento, sendo as despesas de transporte responsabilidade exclusiva da Contratada e sem custos adicionais ao Município;

10.13 - Não deverá ocorrer atraso na entrega, caso ocorra problema no prazo de entrega das peças pela concessionária, deverá ser enviado à justificativa da mesma sobre o prazo da entrega, caso contrário à contratada será notificada pelo atraso, sob pena de multa e rescisão contratual;

10.14 - As peças deverão ser genuínas ou originais, de acordo com o solicitado no pedido e conforme licitação, não sendo permitida a entrega de peças paralelas ou remanufaturadas;

10.15 - A contratada deverá apresentar a tabela oficial de preços das peças vigente de cada fabricante,



ou, DECLARAÇÃO do mesmo, dizendo que não disponibiliza para terceiros, porém, fornece cotação com preços atualizados com referência na tabela oficial das peças genuínas e originais;

10.15.1 - Para os itens que não forem fornecidos TABELAS DE MONTADORAS a licitante vencedora deverá anexar orçamento de uma concessionária da marca para comprovação dos preços apresentados, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas depois de solicitado o orçamento prévio, onde os descontos serão aplicados em cima deste orçamento, podendo a Prefeitura impugnar os orçamentos caso superfaturados, com novos orçamentos;

10.16 - Em caso de irregularidades, a contratada deverá substituir, mediante notificação, no prazo de 01 (um) dia útil, no total ou em parte, o objeto da licitação quando não obedecer às condições de qualidade ou estiver em desacordo com o exigido;

10.17 - A marca das Peças e acessórios deverá estar indicada no próprio produto ou em sua embalagem, os produtos entregues sem identificação de marca/fabricante serão devolvidos no momento da entrega;

10.18 - As peças e acessórios deverão ser entregues na Gerência de Frotas da Prefeitura de Extrema e todo custo com a entrega é de total responsabilidade da contratada.

## **11 - GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

11.1 - A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação vigente que rege a matéria.

Deverão ser usadas peças e acessórios novos e genuínos ou originais, que atendam às especificações dos veículos e às normas da ABNT. Entende-se por itens genuínos, aqueles fabricados exclusivamente para uso na montagem dos veículos ou para a revenda nas concessionárias da marca e por originais aqueles comercializados com o próprio nome do fabricante - também fornecidos para montadoras - recebem o nome de originais.

## **12 - OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE**

12.1 - Gerenciar o presente CONTRATO, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos produtos fornecidos, observada à ordem de classificação indicada na licitação;



12.2 - Convocar os particulares via, telefone ou e-mail, para assinatura do Contrato de Fornecimento e retirada da nota de empenho;

12.3 - Observar para que, durante a vigência do presente Contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

12.4 - Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços contratados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

12.5 - Realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do pregão presencial;

12.6 - Orientar o fornecedor para que os pagamentos e os documentos de cobrança não sofram Atrasos;

12.7 - Notificar, por escrito, o fornecedor, fixando-lhe prazos para corrigir eventuais irregularidades, encontradas na execução do contrato, bem como, quando de multa, retenção por danos causados e quaisquer débitos do fornecedor;

### **13 - ACEITABILIDADE, PRAZO, AQUISIÇÃO E FORMADE ENTREGA DOS MATERIAIS:**

As peças deverão ser de acordo com o solicitado, sendo entregues conforme pedido do comprador de acordo com a Autorização de fornecimento.

O prazo para entrega das peças será de 08 (oito) horas, contados do recebimento pelo fornecedor do Aviso de Fornecimento enviado por e-mail nos casos de peças para veículos que estejam quebrados ou peças essenciais para o funcionamento do veículo, e o prazo de 05 (cinco) dias contados do recebimento pelo fornecedor do Aviso de Fornecimento enviado por e-mail para os casos em que os veículos não estejam quebrados, peças para ficar em estoque no almoxarifado para uso posterior do setor de frotas e as peças não sejam essências para o uso dos veículos.

No momento do envio do Aviso de Fornecimento por e-mail, o município irá informar a empresa no corpo do e-mail sobre o prazo em que as peças deverão ser entregues.

A empresa vencedora deverá atender todas as exigências deste termo e edital, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, sediadas até **150 km** de distância do Município de Extrema.



**Justificativa da limitação geográfica:** O Município de Extrema vem sofrendo com empresas sediadas longe do Município que vencem a licitação, porém não cumpre o contrato, atrasando as entregas e em alguns casos não efetuando as mesmas. Mesmo impedindo a empresa de licitar, eles utilizam de manobras sórdidas, abrindo outras empresas e novamente vencendo a licitação sem cumprir o determinado.

O Município de Extrema possui uma grande extensão territorial, sendo boa parte de suas estradas rurais, onde a Frota Municipal é utilizada para a manutenção de estradas, transporte de alunos e de pacientes carentes dentro do Município, e principalmente para outras cidades em busca de tratamentos especializados, situações as quais não podemos deixar os veículos parados por falta de peças, comprometendo o bem estar público.

Poderão participar do Procedimento Licitatório as empresas sediadas até 150 km (cento e cinquenta quilômetros) *percorridos por veículos*, do almoxarifado da frota de veículos situado na Rua Pau Brasil, 245, Vila Rica, Extrema-MG, em razão de que diante das avarias dos veículos na maioria das vezes é impossível aguardar o prazo de entrega das peças, sob pena de comprometimento na prestação de serviços do setor de saúde, tais veículos como ambulâncias exigem reparos imediatos, outros veículos que fazem transporte de pacientes para outros estados também exigem reparos imediatos, tendo em vista que as consultas são marcadas anteriormente.

Assim para que seja possível ao Município atender tais situações de emergência e urgência, sem que o custo seja muito alto aos cofres públicos, é que dispomos a limitação de 150km, *percorridos por veículos*, para a sede das empresas contratadas.

Tal exigência referente à localização se faz necessária tendo em vista a obtenção da proposta mais vantajosa para esta prefeitura, pois, se a distância entre a sede da Prefeitura e Contratada for maior que a determinada, a vantagem do "menor preço" ficará prejudicada em razão do aumento do custo com o deslocamento da frota em determinadas urgências e emergências de retiradas das peças diretamente na empresa contratada para que não fiquem prejudicados os serviços públicos. Acrescente-se a isso a infinidade de tipos e modelos de peças automotivas, que constantemente, são enviadas incorretamente pelas empresas contratadas, levando assim a um dispêndio ainda maior de tempo na manutenção dos veículos que são de extrema necessidade aos serviços públicos.

Assim, a limitação geográfica de 150 (cento e cinquenta) km tem o potencial de melhorar a gestão sobre as manutenções da frota de veículos oficiais da Prefeitura, reduzindo as despesas com tal ação,



efetivando o controle de todas as etapas do processo de manutenção dos veículos e, ainda como fundamento primordial, não deixar de prestar os serviços públicos.

Ademais, a delimitação geográfica de 150 km não compromete o princípio da competitividade tendo em vista que abrange diversos municípios e conseqüentemente uma gama variada de potenciais licitantes.

Não serão aceitas peças em desacordo com o solicitado preservando a qualidade do produto.

#### **14 - LOCAIS DE ENTREGA DO PRODUTO:**

No local indicado no Aviso de fornecimento sendo o setor localizado à *GERÊNCIA DE FROTAS*, endereço: *RUA PAU BRASIL, Nº 245, VILA RICA, EXTREMA - MG, MG, CEP: 37640000*, de segunda a sexta das 8:00 as 11:00 e das 13:00 as 16:00.

**14.2 - DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO DO OBJETO:** Os pedidos serão realizados conforme a necessidade, de acordo com a quebra dos veículos e manutenções preventivas.

**14.2.1 -** Os pedidos serão feitos pela Gerência de Frotas, e deverão ser atendidos conforme solicitado e dentro do prazo. Os pedidos de peças e acessórios serão parciais conforme as manutenções preventivas e corretivas dos veículos.

**14.2.2 -** O processo será executado conforme a demanda da frota, seja para manutenções preventivas ou por quebras de veículos, não sendo a Contratante obrigada a executar o valor total estimado do processo.

**14.2.3 -** Prazo de entrega dos itens: O prazo para entrega das peças será de 08 (oito) horas, contados do recebimento pelo fornecedor do Aviso de Fornecimento enviado por e-mail nos casos de peças para veículos que estejam quebrados ou peças essenciais para o funcionamento do veículo, e o prazo de 05 (cinco) dias contados do recebimento pelo fornecedor do Aviso de Fornecimento enviado por e-mail para os casos em que os veículos não estejam quebrados, peças para ficar em estoque no almoxarifado para uso posterior.

**14.3 - Da Garantia:** A garantia das peças deverá ser de no mínimo 1 ano a partir da entrega contra





defeitos de fabricação.

14.3.1 - Uma vez notificado, o Contratado providenciará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data de retirada da peça das dependências da Administração pelo Contratado.

14.3.2 - O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

14.3.3 - O custo referente ao transporte dos itens cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

## **15 - DETALHAMENTO DA GESTÃO DO CONTRATO**

15.1 - Gestora do contrato: Grazielle Aparecida de Toledo - CPF: 042.539.186-89

Lotação: Secretaria de Planejamento - Gerência de Frotas

15.2 - Fiscal do contrato: José Fagner Fernandes Rodrigues - CPF: 309.040.338-21

Lotação: Secretaria de Planejamento - Gerência de Frotas

15.3 - O acompanhamento do contrato e entrega dos materiais deverá ser criterioso, fazendo serem cumpridas todas as exigências feitas neste TR e contrato de forma que os pedidos sejam atendidos com total eficiência.

15.4 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.5 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

15.6 - As comunicações entre o Órgão ou Entidade e a Contratada devem ser por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica, via email, para esse fim, conforme dados cadastrais da Contratada, constantes do sistema do órgão ou Entidade. A



responsabilidade de informar as possíveis atualizações é da Contratada.

15.7 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

15.8 - O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

15.9 - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **16 - MEDIÇÃO E PAGAMENTO:**

A medição se dará com a entrega das peças/acessórios estando de acordo com o solicitado.

O pagamento se dará conforme item 17.7.1 do presente TR.

## **17 - RECEBIMENTO DO OBJETO:**

17.1 - As peças referentes a cada pedido serão recebidas provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação e definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação.

17.2 - Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

17.3 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

17.4 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do



atendimento das exigências contratuais.

17.5 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

17.6 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do bem objeto da contratação nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

17.7 - Prazo de pagamento:

17.7.1 - O pagamento ocorrerá até o 20º dia útil do mês imediatamente subsequente aos eventos descritos nos itens acima.

17.7.2 - O pagamento será por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

## **18. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

18.1 - Valor estimado de consumo para este processo é de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões).

18.2 - Valor estimado baseado nos processos anteriores e na média de compras feitas nos últimos anos.

## **19 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:**

19.1 - Ficha orçamentária:

00015-15000000000	-	MATERIAL	DE	CONSUMO
(02001001.0412200152.002.33903000000.15000000000), 00050-15000000000 - MATERIAL DE CONSUMO (02001002.0412200152.008.33903000000.15000000000), 00072-15000000000 - MATERIAL DE CONSUMO (02001002.0618100162.012.33903000000.15000000000), 00087-15000000000 - MATERIAL DE CONSUMO (02001002.0618100162.013.33903000000.15000000000), 00095-15000000000				
	-	MATERIAL	DE	CONSUMO



(02001002.0618100162.014.33903000000.15000000000), 00102-15000000000 - MATERIAL DE CONSUMO (02001002.0618100162.015.33903000000.15000000000), 00107-15000000000 - MATERIAL DE CONSUMO (02001002.0618100162.016.33903000000.15000000000), 00221-15000000000 - MATERIAL DE CONSUMO (02004002.0412900182.035.33903000000.15000000000), 00231-15000000000 - MATERIAL DE CONSUMO (02004003.0412600182.038.33903000000.15000000000), 00247-15000000000 - MATERIAL DE CONSUMO (02004004.0412200182.041.33903000000.15000000000), 00271-15000000000 - MATERIAL DE CONSUMO (02004005.0412200182.046.33903000000.15000000000), 00300-15000000000 - MATERIAL DE CONSUMO (02005001.041220012.050.33903000000.15000000000), 00433-15760010000 - MATERIAL DE CONSUMO (02007001.1212200092.082.33903000000.15760010000), 00470-15000001001 - MATERIAL DE CONSUMO (02007001.1236100092.094.33903000000.15000001001), 00470-15530000000 - MATERIAL DE CONSUMO (02007001.1236100092.094.33903000000.15530000000), 00603-15000001002 - MATERIAL DE CONSUMO (02008001.1012200072.117.33903000000.15000001002), 00925-15000000000 - MATERIAL DE CONSUMO (02009001.0824400082.158.33903000000.15000000000), 01057-15000000000 - MATERIAL DE CONSUMO (02010001.1812200122.175.33903000000.15000000000), 01067-15000000000 - MATERIAL DE CONSUMO (02010001.1854100132.183.33903000000.15000000000), 01072-28990000000 - MATERIAL DE CONSUMO (02010001.1854100202.187.33903000000.28990000000), 01129-15000000000 - MATERIAL DE CONSUMO (02011001.1545100102.199.33903000000.15000000000), 01171-15000000000 - MATERIAL DE CONSUMO (02012001.1312200052.216.33903000000.15000000000), 01226-15000000000 - MATERIAL DE CONSUMO (02013001.2312200032.224.33903000000.15000000000) e 01290-15000000000 - MATERIAL DE CONSUMO (02014001.2781200062.246.33903000000.15000000000).

Extrema, 09 de outubro de 2023.

---

Graziele Aparecida de Toledo

Responsável pelo Termo de Referência



---

Ataide Santana Junior

Gerência de Frotas

---

Kely Regina Betolotti

Secretaria de Planejamento

---

João Batista da Silva

Prefeito Municipal





## ANEXO II

(Papel timbrado da empresa)

### PROPOSTA DE PREÇOS

(Modelo que pode ser preenchido pela Proponente como sua proposta)

#### INDICAÇÃO DA PROPONENTE

Razão Social/Nome: \_\_\_\_\_

CNPJ/CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Nº Agência: \_\_\_\_\_

Representante: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Conta bancaria da licitante: \_\_\_\_\_

A licitante \_\_\_\_\_ declara que esta inclusa no preço dos produtos todas as despesas, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO.

Validade da proposta: 60 (Sessenta) dias.

Item/lote	Quant.	Unid.	Descrição	Desconto
1	1	Unidade	Desconto sobre o valor máximo do catálogo e/ou tabela de preços oficial do fabricante .....	X%
2	1	Unidade	Desconto sobre o valor máximo do catálogo e/ou tabela de preços oficial do fabricante .....	X%
3	1	Unidade	Desconto sobre o valor máximo do catálogo e/ou tabela de preços oficial do fabricante .....	X%

Local e data

Carimbo da empresa/Assinatura do responsável

Obs: Serão desclassificados os itens das propostas que apresentarem cotações contendo valor zero ou inexequíveis, na forma da legislação em vigor, ou ainda, que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.



### ANEXO III - MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

NOME/RAZÃO SOCIAL

CNPJ

ENDEREÇO

Através da presente, credenciamos o Senhor (a) \_\_\_\_\_, portadora Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, residente na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, no município de \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_ a participar da licitação - Pregão Presencial nº 137/2023, instaurado pelo Município de Extrema/MG, na qualidade de representante legal e/ou interessado, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da pessoa jurídica \_\_\_\_\_, bem como formular lances verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local e data:

\_\_\_\_\_  
Assinatura do dirigente da empresa ou do interessado

\_\_\_\_\_  
Nome e qualificação do dirigente da empresa ou interessado



## **ANEXO IV - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. \_\_\_\_/2023**

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de dois mil e vinte e três, o MUNICÍPIO DE EXTREMA, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto nº 1.624, Bairro Ponte Nova, Extrema – MG., devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 18.677.591/0001-00, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Ordenador de Despesas o Sr. Tailon Alexand de Camargo, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Av..... neste município, portador da Carteira de Identidade RG n. .... e inscrito no CPF sob o n. .... a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 137/2023 da Prefeitura Municipal de Extrema, cujo refere-se à contratação de empresa para fornecimento de peças e acessórios genuínos e originais, conforme especificação do fabricante, para veículos leves, ônibus e caminhões da frota municipal, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, segundo as cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para a contratação de empresa para fornecimento de peças e acessórios genuínos e originais, conforme especificação do fabricante, para veículos leves, ônibus e caminhões da frota municipal.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES**

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, localizada na Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto nº 1.624, Bairro Ponte Nova, em Extrema – MG., na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR;

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

- a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos produtos registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;
- c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
- d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;
- f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento do (s) produtos a outro (s) órgão(aos) da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente ARP;
- g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

- h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;
- i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE**  
O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

- a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
- b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;
- c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;
- d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;
- e) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**  
O FORNECEDOR obriga-se a:

- a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;
- b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;
- c) Entregar o (s) produto (s) solicitado (s) nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;
- d) Entregar os produtos conforme especificações e preços registrados na presente ARP;
- e) Entregar o(s) produto(s) solicitado(s) no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Extrema;
- f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;
- g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
- i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante (s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
- j) pagar, pontualmente, o(s) fornecedor(es) e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao(s) produto(s) entregue(s), com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura,



vigorando até o dia ..... de ..... de .....

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o(s) fornecedor (es) e as especificações do(s) serviço(s) registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA:

CNPJ: \_\_\_\_\_ FONE/FAX: \_\_\_\_\_

END.: \_\_\_\_\_ EMAIL: \_\_\_\_\_

ITEM: \_\_\_\_\_

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 20 (vinte) dias úteis condicionado à entrega do objeto. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

#### CLÁUSULA NONA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o(s) fornecedor (es) e as especificações resumidos(s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93;

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR





O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes

casos: I – Por iniciativa da Administração, quando:

- a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;
- b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
- c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;
- e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;
- f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;
- g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às penalidades constantes no capítulo 16 deste edital, sem excluir outras penalidades de natureza distintas que poderão ser aplicadas cumulativamente.

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

- a) Edital do Pregão Presencial nº 137/2023 e anexos;
- b) Proposta Comercial da (s) FORNECEDORA(S).

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Extrema – MG., com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar eu, \_\_\_\_\_ (Carlos Alexandre Morbidelli), Pregoeiro (a), lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo(s) particular (es) fornecedor (es).

\_\_\_\_\_  
**Tailon Alexand de Camargo**  
Ordenadro de Despesas

\_\_\_\_\_  
EMPRESA(S) FORNECEDORA(S):



## ANEXO V – MODELO DE ATESTADO DE CAPACITAÇÃO

Atestamos para fins de participação em licitações, a quem possa interessar, que a empresa ....., CNPJ....., localizada à Rua.....nº.....bairro....., neste município, já forneceu **(descrever o objeto fornecido suficientemente detalhado, para permitir a caracterização das atividades desenvolvidas, objeto do edital)**, de forma satisfatória, atendendo as especificações exigidas, onde cumpriu com todos os compromissos assumidos, inclusive, quanto ao prazo e à qualidade dos produtos fornecidos, e que até esta data não consta em nossos Registros, nenhum ato que macule ou desabone sua idoneidade, motivo pelo qual está apto a se candidatar à execução do objeto do presente certame.

Local e data

Nome da empresa/CNPJ

Nome e Assinatura do Representa

**OBS: O MODELO DE ATESTADO DISPONIBILIZADO PELO MUNICÍPIO, É UM DOCUMENTO SUGESTIVO, PODENDO A SUA FORMATAÇÃO SER ALTERADA PELO EMITENTE, DESDE QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES ATENDAM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL**

**ANEXAR AO ENVELOPE N.º 2 – DOCUMENTAÇÃO**



**ANEXO VI - MODELO** - Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil

Eu, \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal da empresa \_\_\_\_\_, no Procedimento Licitatório nº 344/2023, deste MUNICÍPIO DE EXTREMA - MG, edital de Pregão Presencial nº 137/2023, declaro, sob as penas da Lei que em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República, não possuímos em nossos quadros trabalhadores menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos.

\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023

Local, data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Cargo  
**(Representante Legal)**

**Obs:** Emitir em papel que identifique **a licitante** ou por carimbo que a identifique.  
**Declaração a ser emitida pela licitante e** assinada por seu representante legal.



## **ANEXO VII – DECLARAÇÃO MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Ref.: (Identificação da Licitação)

....., inscrito no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o Sr....., portador da Carteira de Identidade nº ....., DECLARA que é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº. 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, cujo termos declaro conhecer na íntegra, e está apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no certame em epígrafe .

1. Auferiu, no ano calendário corrente, receita bruta inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais);
2. Que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º do Art. 3º da LC 123/2006.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Representante legal



## **ANEXO VIII – MODELO DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

A(O) (RAZÃO SOCIAL), localizada(o) na(o) (ENDEREÇO COMPLETO) – (BAIRRO) – (CIDADE) – (ESTADO), devidamente inscrita(o) sob o CNPJ nº (ESPECIFICAR), com vistas ao processo licitatório nº 344/2023, Pregão Presencial Nº 137/2023, para a contratação de empresa para fornecimento de (ESFECIFICAR), declara, por meio de seu representante legal, sob as penas da lei, que a referida empresa não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

Localidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

**OBS: ESTE ANEXO DEVERÁ SER APRESENTADO NA FASE DE CREDENCIAMENTO.**





## ANEXO IX - MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

EXTREMA - MG

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL nº \_\_\_\_/2023

Data da Visita: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_/

CNPJ da Empresa: \_\_\_\_\_

Nome da Empresa: \_\_\_\_\_

Atestamos que a empresa \_\_\_\_\_, através de seu responsável, devidamente credenciado, o Sr. \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, participou da visita técnica em atendimento ao disposto na PREGÃO PRESENCIAL n.º \_\_\_\_/2023

A empresa declara que todas as dúvidas foram sanadas quanto à contratação objeto da licitação, não havendo nenhum comentário ou dúvida quanto à sua execução.

Representante da Empresa: Nome \_\_\_\_\_

Cargo / função: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Representante da Prefeitura Municipal de Extrema/MG: Nome: \_\_\_\_\_

Cargo / função: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

\*) O representante legal da empresa deverá apresentar-se devidamente munido de procuração que lhe outorgue poderes para proceder à visita técnica.



## **ANEXO X - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS**

PROCESSO Nº 000344/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 000137/2023

À

À PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA - MG COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

(Nome da Empresa) -----, CNPJ n. -----, sediada na Rua -----  
-----, n. -----, bairro, -----, CEP----- Município -----  
--, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Pregão Presencial-  
000137/2023, DECLARA, sob as penas da lei, que:

Não possui em seu quadro de pessoal empregados(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz\*, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999.

Não possui servidores públicos do Poder Executivo Municipal de Extrema em seu quadro societário ou quadro de funcionários exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8666/93 e inciso X do artigo 144 da Lei Complementar nº 04/90).

Local e data

Nome e Assinatura do representante legal

Carimbo de CNPJ da empresa:

**ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ ESTAR CONTIDA NO ENVELOPE Nº 02**



## ANEXO XI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ref.: Pregão Presencial nº 000137/2023.

**nome da empresa**, qualificação: tipo de sociedade Ltda, S.A, etc, endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.º xxxx, neste ato representada pelo cargo nome do representante legal, portador da Carteira de Identidade n.º xxxx, inscrito no CPF sob o n.ºxxxx, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, que:

assinalar SOMENTE UM dos campos abaixo, conforme se enquadre

☐ cumpre plenamente os requisitos de habilitação referentes à licitação em epígrafe.

☐ na condição de microempresa/empresa de pequeno porte cumpre plenamente os requisitos de habilitação referentes à licitação em epígrafe.

☐ na condição de microempresa/empresa de pequeno porte, encontra-se em situação regular de habilitação referente à licitação em epígrafe, ressalvada a existência de restrição na comprovação da regularidade fiscal, comprometendo-se a promover a sua regularização caso se sagre vencedora do certame.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

Assinatura do responsável

**OBS: ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER APRESENTADO NA FASE DE CREDENCIAMENTO**

